

Nota Técnica

UMA TRANSIÇÃO JUSTA PARA ABANDONAR OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

De ondas de calor mortais aos incêndios catastróficos, passando por chuvas torrenciais e aumento do nível do mar, os impactos das mudanças climáticas estão cada vez mais frequentes, sendo impulsionados pela queima de carvão, petróleo e gás. Isso já seria o suficiente para apontarmos o quão nocivo são os combustíveis fósseis, mas sabemos que seus efeitos não se limitam a desestabilizar o clima; eles também causam danos generalizados à saúde, à sociedade, à segurança e à economia, ao mesmo tempo que alimentam a instabilidade em todo o mundo. A atual crise energética induzida pela guerra expõe a vulnerabilidade inerente à dependência dos combustíveis fósseis.

Assim, uma transição justa para longe dos combustíveis fósseis é mais do que simplesmente trocar o carvão, petróleo e gás por energias renováveis. É uma oportunidade para transformar os sistemas energéticos, de transportes, industriais e outros, de modo a torná-los mais seguros e acessíveis, reduzir as desigualdades, proteger os ecossistemas e transferir o poder das elites e das empresas multimilionárias para as pessoas. Porém, para aproveitar esta oportunidade e não repetir o extrativismo e o colonialismo da era dos combustíveis fósseis, a transição deve ir além de um exercício tecnocrático, e deve ser um processo de transformação social - um processo que coloque a justiça social, os direitos humanos e a tomada de decisões efetivamente participativa no seu centro da transição.

Gerir a eliminação gradual dos combustíveis fósseis a nível global - de forma que nenhum país nem comunidade fique em desvantagem e que todos possam colher os benefícios de um novo sistema energético mais robusto - exigirá cooperação internacional, responsabilização e uma visão comum. Uma transição justa exige que nos perguntemos: com que rapidez devemos eliminar gradualmente os combustíveis fósseis para limitar o aquecimento a 1,5 °C? Como será assegurada a equidade na distribuição de custos e benefícios dentro dos países e entre eles? Como será financiada a transição e quem pagará? E, principalmente, quem molda as decisões que orientam a transição e quais são os direitos e vozes que precisam ser ouvidos e protegidos?

Este documento resume os elementos essenciais de uma transição justa para abandonar os combustíveis fósseis, bem como as medidas urgentes e prioritárias que os governos nacionais devem tomar, em conjunto com a cooperação global, para que tal transição se torne realidade.

Do mesmo modo, esta nota técnica também é um reforço à justiça, que é, simultaneamente, a bússola e o destino da transição energética, pois é a justiça que deverá orientar o olhar para a transição e o caminho para concretizá-la.

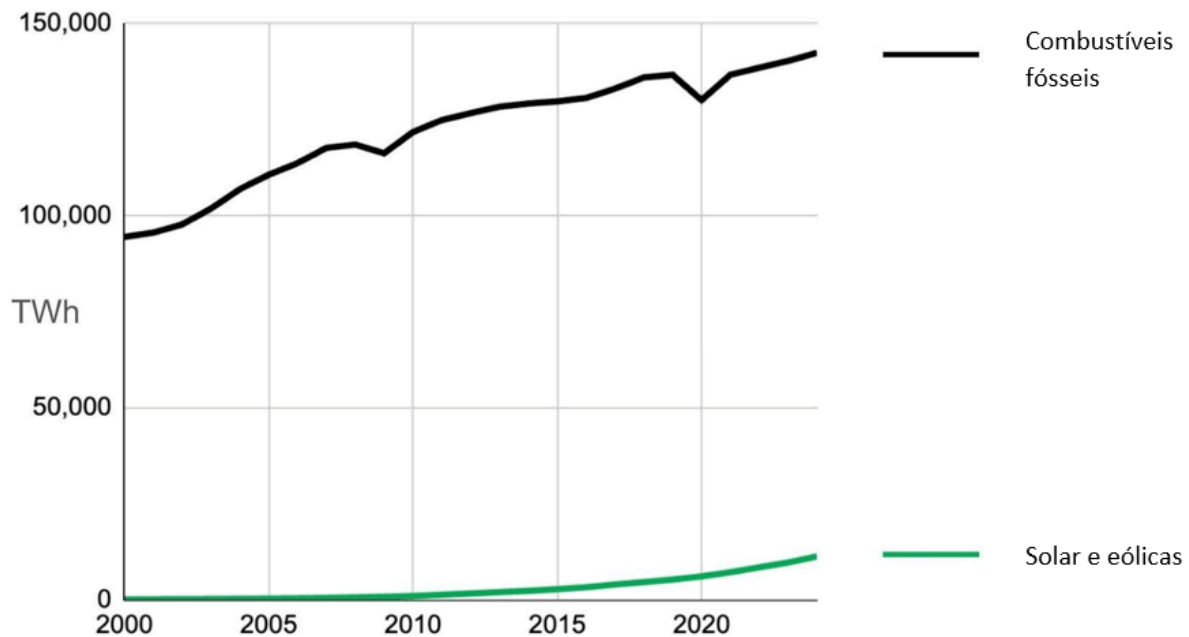
A que ritmo devemos eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e o que é necessário para limitar o aquecimento a 1,5 °C?

Sob o Acordo de Paris, todos os países comprometeram-se a promover esforços para limitar o aquecimento global a 1,5 °C¹ - um limite de sobrevivência para as comunidades vulneráveis, mas não somente - e concordaram que as suas contribuições nacionalmente determinadas (NDC, em inglês) deveriam refletir a “maior ambição possível”.²

Embora o mundo tenha registado um crescimento muito rápido de energias renováveis, contudo, também aumentou o consumo de combustíveis fósseis, levando as emissões globais a novos níveis perigosos (ver Figura 1).

O futuro também é preocupante: as metas atuais mostram que, até 2030, os governos planejam **produzir mais do dobro da quantidade de combustíveis fósseis do que seria compatível com a meta de limitar o aquecimento a 1,5 °C.**³ Esta incapacidade de travar a produção, o abastecimento e a utilização de combustíveis fósseis, aponta claramente para a necessidade de uma eliminação gradual, proativa e controlada de carvão, petróleo e gás.

Figura 1 - Consumo de energia primária de combustíveis fósseis em comparação com a energia solar e eólica, 2000-2024⁴



Na década após a aprovação do Acordo de Paris, os argumentos a favor de limitar o aquecimento a 1,5 °C se tornaram mais fortes, com os dados científicos mais recentes confirmando que um aquecimento acima deste limite seria extremamente perigoso para as comunidades e os ecossistemas em todo o mundo. Em 2025, o Tribunal Internacional de Justiça confirmou a obrigação legal de todos os Estados em promover esforços contínuos para limitar o aquecimento a 1,5 °C.

Calendários diferenciados para a eliminação gradual

A velocidade da transição para longe dos combustíveis fósseis deve ser impulsionada pelos imperativos morais, jurídicos e científicos fundamentais de limitar o aquecimento a um máximo de 1,5 °C. A urgência deste desafio exige que todos os países abandonem os combustíveis fósseis tão rapidamente quanto as suas capacidades.

Isto significa que a velocidade do progresso no abandono gradual dos fósseis irá variar entre os países de acordo com o seu *nível de desenvolvimento, responsabilidade histórica pelas emissões, capacidade econômica, oportunidades de transição* - incluindo a implantação de energias renováveis - e outros fatores.⁵

Para que a transição seja justa e garantida que os direitos humanos sejam respeitados, a sua velocidade também dependerá de um fluxo adequado de financiamento, principalmente o entre as nações: os países menos desenvolvidos que dependem fortemente das receitas provenientes dos

combustíveis fósseis devem dispor de apoio financeiro e de margem de manobra para fazer a sua transição sem comprometer os serviços essenciais e suas necessidades de desenvolvimento.

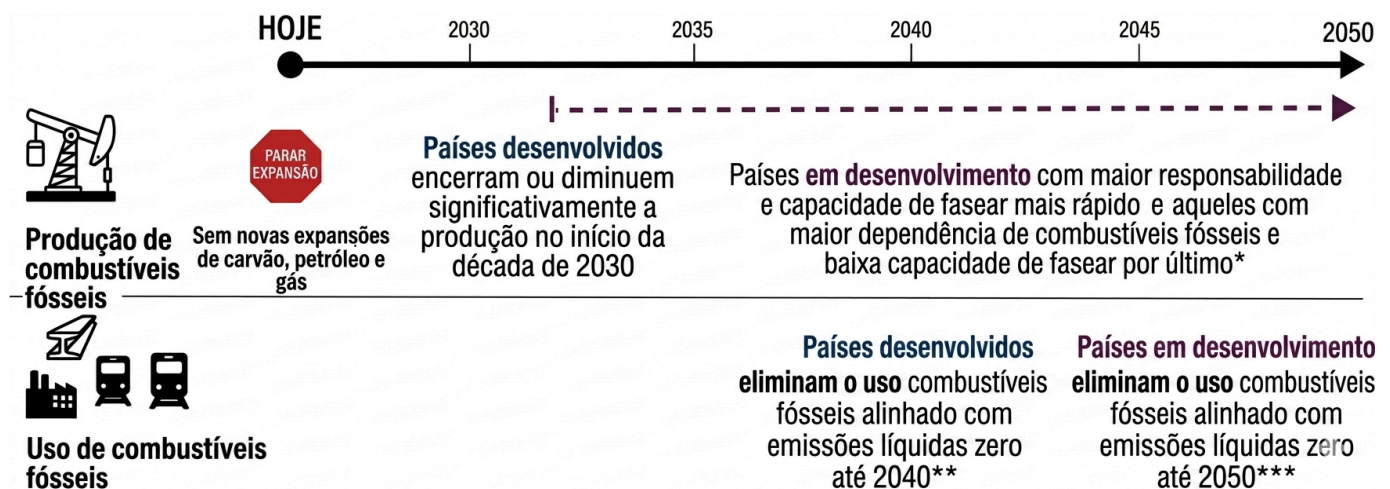
Na conta da velocidade da transição, também é preciso considerar que a lenta eliminação gradual por parte dos países do Norte Global está reduzindo o tempo que todos os países - incluindo os do Sul Global, os mais afetados pela crise do clima - dispõem atualmente.

A tabela abaixo apresenta prazos indicativos para os países desenvolvidos e em desenvolvimento relativamente a:

- (a) a eliminação gradual do carvão e do gás na produção de energia;
- (b) a eliminação total da produção de combustíveis fósseis;
- (c) a eliminação total da utilização de combustíveis fósseis.⁶

Para todos os países, a eliminação gradual começa com a **suspensão imediata da expansão da produção de combustíveis fósseis**. Os prazos são indicativos e não definitivos, tendo em conta as diferentes circunstâncias, responsabilidades e capacidades de cada país. Os países em desenvolvimento são particularmente diversos, variando amplamente em termos de emissões históricas, capacidade econômica, dependência dos combustíveis fósseis e necessidades de desenvolvimento, fatores estes que devem determinar o ritmo e o caminho da eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

Figura 2: Prazos indicativos para a fase de transição e eliminação de combustíveis fósseis ⁷



* Com financiamento internacional climático e outros meios de apoio à implementação para os países que dele necessitem.

** As trajetórias de zerar as emissões líquidas devem dar prioridade a reduções rápidas e absolutas das emissões, com a utilização de remoções em fases posteriores restrita a setores genuinamente difíceis de reduzir e não utilizada para atrasar a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis.

Este documento recomenda que os países que conseguirem avançar mais rapidamente do que estes prazos propostos devem fazê-lo. A União Europeia, por exemplo, tem condições, e por isso deve, ter como objetivo eliminar gradualmente o carvão e o gás em todas as suas utilizações energéticas, e não apenas no setor elétrico, até 2030 e 2035, respetivamente. No caso dos países em desenvolvimento, existe uma grande pluralidade de capacidade e dependência econômica para realizar a transição. O Brasil é um país em desenvolvimento com um setor elétrico majoritariamente renovável, com capacidade e potencial de realizar a transição bem antes de 2050.

Cortar a linha de vida dos plásticos como forma de conter o uso dos combustíveis fósseis

Os produtos petroquímicos são um motor sistêmico do abastecimento de combustíveis fósseis e é fundamental reduzir a sua utilização. A Agência Internacional de Energia, por exemplo, prevê que os produtos petroquímicos impulsionarão 75% do crescimento da procura global por petróleo entre 2023 e 2030.⁸ Por isso, esta nota técnica chama a atenção para o fato de que a transição não

será bem-sucedida se a indústria se limitar a transferir a extração do combustível para a matéria-prima.

Outra recomendação deste documento diz respeito aos plásticos, o material a granel que mais cresce a nível global e que se tornou a principal estratégia de sobrevivência para a indústria dos combustíveis fósseis. A produção de plástico deve ser reduzida rapidamente, em pelo menos 75% até 2040, para se alinhar com o limite de temperatura de 1,5 °C.⁹

Como se distribuem os custos e os benefícios da transição?

Uma transição justa exige que os custos e benefícios da transição sejam distribuídos de forma equitativa dentro dos países e entre eles, de modo a que as desigualdades existentes sejam reduzidas e não agravadas. Trata-se de garantir que os países e as empresas de combustíveis fósseis mais responsáveis por gerar e perpetuar a crise climática suportem a maior parte dos custos da transição, sem que os riscos e danos financeiros, sociais e ambientais recaiam sobre os países e as comunidades menos responsáveis e menos capazes de os gerir.

Por exemplo, a transição deve facilitar o acesso à energia limpa e acessível através de **sistemas energéticos controlados e detidos por pessoas, e não apenas empresas**, concebidos para proporcionar benefícios sociais, económicos e ambientais para todos e que respondam às necessidades locais.

Garantir que os benefícios das energias renováveis cheguem a todos

A transição global para as energias renováveis continua a ser extremamente desigual. Cerca de 90% do investimento na transição energética concentra-se nas economias avançadas e na China, deixando muitos países em desenvolvimento sem o acesso ao capital que necessitam para a implantação de energias renováveis.¹⁰ Esta disparidade também reflete-se na capacidade instalada: os países desenvolvidos têm, em média, mais de 1100 watts de capacidade renovável por pessoa, enquanto os países de baixo rendimento/África Subsariana têm apenas cerca de 40 watts, apesar do enorme potencial solar nestes países.¹¹

À medida que a transição avança nas regiões mais ricas do mundo, muitos países do Sul Global estão ficando para trás - incluindo regiões do mundo que também carecem de acesso básico à eletricidade. Mais de 666 milhões de pessoas continuam sem acesso básico à eletricidade.¹²

Uma transição justa é aquela que garante que a implantação das energias renováveis seja equitativa entre os países, ao mesmo tempo que amplia o acesso, põe fim à pobreza energética, sustenta a transformação socioeconómica e apoia os meios de subsistência. O financiamento direcionado é fundamental para alcançar este objetivo, a par da transferência de tecnologia, do reforço de capacidades e da partilha de conhecimentos por parte de países com indústrias de energias renováveis mais avançadas. Uma coordenação mais forte entre os países — como as compras coletivas — também pode reduzir os custos. Ao mesmo tempo, são necessárias parcerias energéticas mais justas entre o Norte Global e o Sul Global, que beneficiem as comunidades locais através da transição para energias renováveis descentralizadas que reforcem a soberania energética.¹³

Responsabilizar os poluidores do setor do plástico

Reduzir a produção de plástico de forma justa significa responsabilizar os maiores poluidores, e não transferir os custos para as comunidades. Os governos devem fazer valer essa responsabilização e impulsionar uma transição para uma economia baseada na reutilização, através de regulamentação e apoio financeiro. Assim, as indústrias petrolífera e petroquímica devem assumir a responsabilidade por uma transição justa para uma economia de baixo carbono, sem resíduos e baseada na reutilização, com a participação significativa de catadores, comunidades da linha da frente e trabalhadores afetados, para garantir a equidade.

Apoio com custos injustos

Os países e as comunidades vulneráveis que menos contribuíram para a crise climática e que têm menor capacidade de pagamento devem receber apoio para cobrir os custos da transição para longe dos combustíveis fósseis. É necessário financiamento para permitir a transformação do sistema de energias renováveis - incluindo investimento em infraestruturas de rede e armazenamento de energia -, bem como uma diversificação e transformação econômicas mais amplas, como o investimento em transportes sustentáveis. Isto é particularmente importante para os países de rendimentos mais baixos que dependem fortemente das receitas provenientes dos combustíveis fósseis para os serviços públicos, o emprego e o investimento, e para aqueles com acesso limitado à energia renovável.

O apoio financeiro internacional para a adaptação e para as perdas e danos é igualmente fundamental, especialmente para os países em desenvolvimento de baixos rendimentos, para que estes não tenham de suportar os custos desproporcionais de uma crise climática para a qual contribuíram muito pouco. O apoio é também essencial para proteger os consumidores dos custos da transição através de contas de energia mais elevadas ou de serem privados do acesso a energia a preços acessíveis. A questão de quem deve pagar estes custos de transição e de que forma é explorada na seção seguinte.

Como financiamos a transição e quem paga?

A forma como financiarmos a transição para longe dos combustíveis fósseis determinará se esta será rápida, justa e equitativa. Para avançar no ritmo que as mudanças climáticas nos impõe, é necessário um investimento inicial significativo em todos os setores - incluindo as energias renováveis, os transportes sustentáveis, o reforço das redes elétricas e a melhoria da eficiência energética.¹⁴

O valor desse investimento também precisa ser adequado e considerar fatores como os custos de capital serem, geralmente, mais elevados nos países em desenvolvimento. Por exemplo, os projetos de energias renováveis nos países em desenvolvimento enfrentam frequentemente custos de capital duas a três vezes superiores aos das economias desenvolvidas, o que retarda significativamente a implantação das energias renováveis.¹⁵

Por fim, o financiamento é também fundamental para gerir a transição de forma justa dentro dos países: para financiar políticas sociais destinadas a proteger os trabalhadores e as comunidades afetadas; para apoiar a requalificação profissional, a criação de emprego e a diversificação econômica; e para garantir que as pessoas não sejam obrigadas a suportar o custo da transição através de preços mais elevados.

Uma transição justa exige que os recursos financeiros fluam daqueles que são os principais responsáveis pelas emissões e que têm maior capacidade de pagar para aqueles que são os menos responsáveis e que necessitam de apoio para agir - tanto dentro dos países como entre eles.

A responsabilidade e a capacidade devem determinar quem paga

Aqueles com maior responsabilidade pela crise climática — os países desenvolvidos, as empresas e indivíduos mais poluentes — e aqueles com maior capacidade de pagar devem financiar a transição.

O financiamento para a transição possui inúmeros desafios e lacunas, mas o principal é o grave descumprimento dos compromissos de financiamento climático por parte dos países desenvolvidos. Com a maior responsabilidade histórica pela crise climática e a maior capacidade econômica, países desenvolvidos têm obrigações claras de fornecer financiamento aos países em desenvolvimento que necessitam de apoio, conforme a UNFCCC e o Acordo de Paris. Os países em desenvolvimento mais ricos, com capacidade, devem também assumir um papel mais ativo

de forma voluntária.

O déficit de financiamento é enorme. Estima-se que as necessidades atuais de apoio internacional para mitigação, adaptação e perdas e danos excedam **1 bilhão de dólares por ano**.¹⁶ No entanto, as últimas contribuições comunicadas pelos países desenvolvidos sugerem que o financiamento mobilizado atingiu apenas **115 mil milhões de dólares em 2022**.¹⁷ Estimativas independentes mostram que o valor real pode estar mais próximo dos 28 a 35 mil milhões de dólares.¹⁸

Igualmente urgente é **responsabilizar a indústria dos combustíveis fósseis** e outros grandes emissores, fazendo com que os poluidores paguem. As empresas poluidoras têm a obrigação de remediar os danos causados enquanto buscam o lucro. No entanto, apesar de provocarem a crise climática, a indústria dos combustíveis fósseis continua a usufruir de lucros exorbitantes e recordes, sem qualquer obrigação de pagar pela transição.

Impostos sobre os poluidores para financiar e impulsionar a transição

Os impostos sobre os lucros são uma das ferramentas mais poderosas para responsabilizar as empresas de combustíveis fósseis. Esta medida tem o potencial de angariar centenas de milhares de milhões de dólares para financiar a transição, ao mesmo tempo que diminui a atratividade do investimento e desincentiva a alocação de mais capital na indústria poluente. Dados mostram que apenas um imposto adicional de 20% sobre os lucros globais das 100 maiores empresas de petróleo e gás do mundo, aplicado desde a adoção do Acordo de Paris (2015), poderia ter gerado uma receita adicional de 1,08 biliões de dólares americanos.¹⁹

Reforma fiscal: acabar com os subsídios e combater a dívida

Ainda se gastam (ou se deixam de arrecadar) grandes volumes de receitas públicas em apoio aos combustíveis fósseis sob a forma de subsídios, o que aponta para a necessidade urgente de reformas fiscais progressivas para garantir uma transição justa e alinhar as despesas com os objetivos climáticos. As reformas devem dar prioridade à eliminação gradual dos subsídios à produção e ao consumo não direcionados, simultaneamente reforçando o apoio direcionado aos grupos vulneráveis.

O financiamento da transição não deve aumentar o peso da dívida sobre os países em desenvolvimento e deve incluir medidas para aliviar a dívida, uma vez que a dívida limitaria gravemente a sua capacidade de investir na transição, bem como na saúde, na educação e em outras prioridades críticas.

Superar a dependência dos combustíveis fósseis

Em muitos países, as receitas provenientes da produção de combustíveis fósseis constituem uma parte significativa das receitas públicas. Em cerca de 40 países, estas receitas representam mais de 3 % do PIB e, em média, representam mais de 60 % das exportações e pelo menos um terço das receitas públicas totais.²¹ Estas condições estruturais, agravadas por um elevado endividamento, podem confinar os países a trajetórias de desenvolvimento dependentes dos combustíveis fósseis. Por isso, é crucial que os países utilizem estas receitas tanto para constituir reservas para o futuro, como também para diversificar as suas economias e apoiar a industrialização verde. Para os países de rendimento mais baixo, que dispõem de poupanças limitadas para amortecer o impacto da diminuição das receitas dos combustíveis fósseis, o apoio internacional é essencial.

Quem toma as decisões e quais são os direitos e as vozes que precisam ser protegidos e ouvidos?

Uma transição justa para longe dos combustíveis fósseis pode ajudar a construir comunidades resilientes, fortalecer as democracias, superar a pobreza energética e corrigir injustiças históricas

e atuais. Uma transição injusta, por outro lado, poderia consolidar ainda mais os padrões de dominação, extrativismo e desigualdade que caracterizam a era dos combustíveis fósseis.

A questão de quem toma as decisões e de quem os direitos são protegidos está no centro da questão de saber se a transição é justa e deixa todas as comunidades mais fortes, ou se servem aos interesses de poucos, deixando a maioria para trás.

Recuperar o poder: tomada de decisões inclusiva e liderada localmente

Os povos indígenas, as mulheres, os jovens, os trabalhadores e as comunidades tradicionalmente ligadas às indústrias de combustíveis fósseis ou suscetíveis de serem afetadas por novas indústrias têm todos um interesse especial na transição: os povos indígenas, enquanto guardiões tradicionais da terra e dos recursos; as mulheres, devido aos padrões persistentes de marginalização e privação de poder; os jovens, porque serão eles a viver mais tempo com as consequências das decisões de hoje; os trabalhadores e as comunidades afetadas, porque os seus meios de subsistência e dignidade podem depender de apoio e proteção adequados ao longo da transição.

Estes e outros grupos e comunidades afetados precisam de mais do que simples consultas. A transição deve ser um esforço coletivo, enraizado nas realidades locais, em que os grupos e comunidades afetados possam moldar o seu próprio futuro e definir as suas próprias soluções. Isto requer processos de planeamento e tomada de decisão inclusivos, uma visão de justiça criada em conjunto, valorizando os conhecimentos e práticas locais e tradicionais, garantindo o acesso equitativo e o controlo partilhado sobre as tecnologias e a propriedade intelectual subjacentes à transição, tudo isso assegurando a Consulta e o Consentimento Livre, Prévio e Informado.

Apoio aos trabalhadores e às comunidades afetadas: redes de segurança e apoio à transição

O apoio às comunidades e regiões com laços estreitos com a indústria dos combustíveis fósseis exigirá uma combinação de redes de segurança social, planeamento conjunto e apoio específico à transição. As redes de segurança, tais como o apoio ao rendimento, proporcionam segurança imediata e protegem os trabalhadores e as famílias das dificuldades decorrentes do declínio das indústrias tradicionais. Os planos de transição regionais, criados em conjunto pelos governos e pelas comunidades locais, podem ajudar a impulsionar e a orientar a transformação e a diversificação económica. O apoio específico à transição, incluindo o financiamento de formação profissional de alta qualidade, pode permitir a requalificação e o investimento em novas oportunidades económicas.

Soberania, segurança e resiliência energéticas

As reservas de carvão, petróleo e gás concentram-se em poucas regiões do planeta, e a sua extração, abastecimento e utilização dependem de infraestruturas centralizadas e de grande escala. Consequentemente, os combustíveis fósseis têm tendência a concentrar o poder e a riqueza e têm estado na origem de muitos conflitos.²² A paz e a estabilidade a longo prazo dependem, portanto, da transição para longe dos combustíveis fósseis.

A crise energética desencadeada pela guerra de 2026 entre os EUA e Israel contra o Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz demonstrou que a dependência dos combustíveis fósseis agrava a vulnerabilidade energética em situações de crise e conflito. Portanto, reforçou a importância das energias renováveis no reforço da segurança e da soberania energética, ao permitir que os países e as comunidades controlem a forma como a sua energia é produzida, distribuída e utilizada.

Ao libertar as comunidades e as famílias das importações de combustíveis fósseis e dos mercados energéticos voláteis, as energias renováveis criam oportunidades para sistemas energéticos mais resilientes e equitativos. Permitem também o acesso à energia a pessoas que vivem fora do alcance das redes energéticas centralizadas, por meio de redes descentralizadas. Uma transição energética justa deve maximizar essas oportunidades para decolonizar o sistema energético, aumentar a resiliência das comunidades e redistribuir o poder e a riqueza.

Não à repetição do extrativismo predatório: Proteger as pessoas e a natureza

A transição necessita de minerais, incluindo lítio, cobalto, cobre e elementos de terras raras, para as energias renováveis, as baterias e o armazenamento. Requer também uma grande indústria transformadora para as tecnologias renováveis e de baterias. Porém, esta atividade de mineração e industrial não deve agravar as desigualdades globais através da exploração de recursos no Sul Global para alimentar a transição do Norte Global. Respeitar os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais - e proteger contra a mineração a biodiversidade e os ecossistemas críticos, seja em terra, nos sistemas de água doce e em todo o oceano - é essencial para permanecer dentro dos limites planetários seguros da vida na Terra e garantir que a transição não repita e agrave as injustiças dos modelos extrativistas do passado.

É igualmente essencial reduzir a procura destes minerais através de transportes públicos e ativos, de programas de reciclagem melhorados e de tecnologias avançadas de baterias. Nos casos em que a mineração precise ocorrer, devem existir fortes salvaguardas socioambientais e devem beneficiar mais os países e comunidades impactados pela extração, em vez de suportarem os custos em benefício de outros. Tal como em qualquer indústria, a proteção dos trabalhadores exige o respeito pelos direitos humanos e fortes proteções laborais.

A transição para as energias renováveis e os transportes sustentáveis também deve respeitar os objetivos globais acordados no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Isto exigirá salvaguardas ambientais adequadas no que diz respeito à implantação de energias renováveis, incluindo avaliações de impacto públicas e acessíveis.²³

Acelerar a transição justa: ações prioritárias para 2026

O ano de 2026 precisa ser um ponto de virada. Ações em nível nacional e a internacional devem ser alinhadas em prol de uma transição justa para longe dos combustíveis fósseis, elevando a ambição e ação até 2030 através do avanço das ações prioritárias apresentadas a seguir.

MAPAS DO CAMINHO NACIONAIS

- Todos os governos devem desenvolver **mapas do caminho nacionais para a transição para longe dos combustíveis fósseis como parte de planos abrangentes de transição justa**, alinhados com a contribuição de cada país na ação global necessária para limitar o aquecimento a 1,5 °C. Estes roteiros devem basear-se na justiça social e ser apoiados por financiamento internacional para o clima e por outros meios de implementação, sempre que for necessário.
- Os planos de ação devem:
 - Incluir **metas ambiciosas em matéria de energias renováveis** para reforçar a segurança e a soberania energéticas, apoiadas por incentivos fiscais e políticos que dêem prioridade à eletrificação, aos benefícios locais, às soluções descentralizadas e às iniciativas lideradas pela comunidade.
 - Incluir um compromisso imediato de **não expandir a utilização de combustíveis fósseis; estabelecer prazos para eliminar gradualmente a produção e o consumo**, com os países desenvolvidos avançando mais rapidamente (conforme os prazos na página 3);
 - **Excluir e eliminar gradualmente soluções falsas** e novas formas de danos ambientais, incluindo biocombustíveis que causam desmatamento, degradação florestal e estimulam o uso de pesticidas, a Captura e Armazenamento de Carbono e a energia nuclear, que é inerentemente de alto custo e alto risco;
 - Adotar uma **abordagem abrangente para reduzir a demanda de combustíveis fósseis em todos os setores**, incluindo energia, transportes, edifícios, agricultura e indústria - ao mesmo tempo em que melhora a eficiência energética.

- **Promover uma transição justa**, colocando no centro as comunidades afetadas, redistribuindo recursos (incluindo o acesso a tecnologias), co-criando soluções e salvaguardando o ambiente e os direitos humanos.

⇒ **O Brasil já iniciou esse processo e tem o potencial de liderar por exemplo. Para isso, o país deve finalizar o seu mapa do caminho com governança interministerial, participação social e um forte elemento de justiça, e começar a implementá-lo.**

COP31 E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- A COP31 deve **concretizar e acelerar o compromisso de transição para longe dos combustíveis fósseis** de forma justa, ordenada e equitativa, aproveitando o impulso da COP30, da conferência de Santa Marta e da iniciativa do roteiro da Presidência do Brasil.
- A COP31 deve transformar a promessa de um novo **Mecanismo de Transição Justa** em ação, estabelecendo o Mecanismo de Belém-Antalya (BAM) para coordenar os esforços globais fragmentados e acelerar o financiamento internacional e o apoio à capacidade para uma transição justa.
- Além da UNFCCC - o principal fórum multilateral sobre o clima, no qual todos os países podem participar - e em apoio a esta, **os países dispostos a fazê-lo devem cooperar para reforçar a ambição** através de iniciativas como o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, a Conferência de Santa Marta e as suas ações de subsequentes, bem como cooperação bilateral e regional.

FINANCIAMENTO E REFORMA FISCAL

- Para apoiar os países em desenvolvimento na implementação de uma transição justa, os países desenvolvidos precisam de **aumentar urgentemente o financiamento climático previsível, acessível e que não induza o endividamento** - especialmente subvenções e financiamento em condições favoráveis -, buscando o cumprimento da meta de 300 mil milhões de dólares anuais e indo além para refletir as necessidades reais e a atingir a meta anual de investimento de 1,3 biliões de dólares da NCQG.
- Para aumentar o financiamento público destinado à transição e incentivar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, os governos devem implementar **impostos complementares sobre os lucros dos combustíveis fósseis e impostos sobre indivíduos com elevado património líquido** a nível nacional - para financiar medidas nacionais e apoio internacional, conforme apropriado. A nível global, deve ser introduzido um novo imposto complementar sobre os lucros das empresas internacionais do setor dos combustíveis fósseis, ao abrigo da Convenção Fiscal da ONU.
- As taxas de imposto devem estar em consonância com uma eliminação gradual e justa dos combustíveis fósseis a nível global, devendo os países desenvolvidos avançar mais rapidamente.
- Aprovar a **nova Convenção Fiscal da ONU** garantindo uma repartição mais justa dos direitos de tributação, uma coordenação global em matéria de instrumentos de transparência e responsabilização e impostos mínimos globais sobre os lucros e o património das empresas, a fim de reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles e permitir que todos os governos aumentem o investimento no desenvolvimento sustentável.
- É igualmente vital avançar com uma reforma fiscal mais abrangente, incluindo **o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis** - sobretudo os subsídios à produção - e a substituição dos subsídios ao consumo não direcionados por apoios às famílias vulneráveis. São também essenciais medidas para conceder **alívio da dívida externa** aos países em desenvolvimento altamente endividados, de modo a libertar margem orçamental para a transição.

- Chegar a acordo sobre um novo **Tratado Global sobre Plásticos** para regulamentar e reduzir a produção de plásticos de forma a apoiar uma transição justa, garantindo que os direitos e as vozes dos trabalhadores, das comunidades e dos países afetados sejam salvaguardados ao longo do processo. O Tratado Global sobre Plásticos representa uma oportunidade única de curto prazo para gerir a redução de um dos principais fatores impulsionadores do crescimento do consumo de petróleo, gás e carvão.

MINERAIS CRÍTICOS

- **Dar prioridade e regulamentar a utilização dos minerais para apoiar uma transição justa.** Os governos devem garantir que a utilização de minerais seja priorizada para as energias renováveis e os transportes sustentáveis - em particular para alargar o acesso à energia em comunidades e regiões carenciadas -, reduzindo simultaneamente a procura através do aumento dos transportes públicos, da inovação em baterias, da circularidade e da reciclagem; salvaguardar as pessoas e a natureza, protegendo ecossistemas vitais e defendendo os direitos, as vozes e os territórios dos povos indígenas e das comunidades locais; e garantir que os países e as comunidades produtoras sejam os principais beneficiários.

Referências

- ¹ Acordo de Paris, Artigo 2.1
- ² Acordo de Paris, Artigo 4.3
- ³ Ver SEI, Climate Analytics e IISD (2025) [Relatório sobre o Fosso de Produção 2025](#)
- ⁴ Dados do [Our World in Data](#)
- ⁵ No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e do Acordo de Paris, isto é designado por Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas, e Capacidades Respetivas (CBDR-RC).
- ⁶ Os termos «países desenvolvidos» e «países em desenvolvimento» têm limitações, dada a diversidade de características entre os países destes grupos. No entanto, estes termos são mantidos neste resumo quando relevantes para garantir a coerência com os quadros internacionais — sobretudo a UNFCCC — onde continuam a ser de uso comum e têm obrigações e compromissos associados.
- ⁷ Para os prazos relativos à energia a carvão e a gás, consulte o Climate Action Tracker (2023) [«Pulling the plug on fossil fuels in power»](#). Para os prazos relativos à produção de combustíveis fósseis, consulte a Civil Society Equity Review (2023) [«An equitable phase-out of fossil fuel extraction»](#), que estão, em linhas gerais, alinhados. Para a suspensão imediata de novos projetos de carvão, petróleo e gás, consulte SEI, Climate Analytics & IISD (2025) [The Production Gap Report 2025](#). As datas para a eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis baseiam-se na meta de emissões líquidas nulas para 2050 estabelecida no [6.º Relatório de Avaliação do IPCC](#) e no reconhecimento de que, em nome da equidade, os países em desenvolvimento precisam de eliminar gradualmente o uso desses combustíveis mais cedo.
- ⁸ Agência Internacional de Energia (2024) [Petróleo 2024: Análise e previsões para 2030](#)
- ⁹ Eunomia (2022) [Será o «zero» suficiente para o setor da produção de materiais?](#)
- ¹⁰ IRENA e Climate Policy Initiative (2025) [Panorama global do financiamento da transição energética](#)
- ¹¹ Banco Mundial (junho de 2025) [Acompanhamento do ODS 7: Relatório de progresso energético de 2025](#)
- ¹² Ibid.
- ¹³ Greenpeace MENA (2025) [Da segurança energética à soberania: caminhos para uma transição energética justa no Egito, Marrocos e Tunísia](#)
- ¹⁴ Para mais informações sobre transportes sustentáveis, consulte Greenpeace (2024) [Visão para a mobilidade sustentável »mobilidade](#)
- ¹⁵ Agência Internacional de Energia (2023) [Aumentar o Financiamento Privado para a Energia Limpa em Economias Emergentes e em Desenvolvimento](#) e UNCTAD (2023) [Relatório Mundial sobre Investimento 2023: Investir em Energia Sustentável para Todos](#)
- ¹⁶ <https://climatenetwork.org/resource/climate-action-network-submission-ncqg/>
- ¹⁷ OCDE (2024) [Financiamento Climático Concedido e Mobilizado pelos Países Desenvolvidos em 2013-2022](#)
- ¹⁸ Oxfam (2025) [Relatório Paralelo sobre o Financiamento Climático 2025](#)
- ¹⁹ Aliança Global pela Justiça Fiscal (2025) [Fazer com que os poluidores paguem: Proposta de um imposto adicional sobre os lucros das indústrias de combustíveis fósseis](#)
- ²⁰ FMI (2025) [Subvalorizados e sobreutilizados: Subsídios aos combustíveis fósseis — Atualização de 2025](#), consultado em 24/03/2026
- ²¹ PNUD (2023) [Descarbonização global em economias dependentes da exportação de combustíveis fósseis](#)
- ²² O termo «maldição dos recursos» é frequentemente utilizado para descrever o padrão segundo o qual os países ricos em recursos naturais — especialmente combustíveis fósseis — apresentam frequentemente um desenvolvimento mais lento, instituições mais fracas, níveis mais elevados de corrupção e maior instabilidade política do que os países com menos recursos naturais. Consequentemente, ficam frequentemente presos em trajetórias de desenvolvimento extrativistas.
- ²³ [Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal](#)

Para mais informações, contacte:

Tracy Carty, Greenpeace International, tracy.carty@greenpeace.org